

TERMO DE REFERÊNCIA**1. DO OBJETO**

Trata-se de **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS ELÉTRICOS ZERO KM**, destinados à renovação e ampliação da frota oficial dos Municípios que compõem a Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí – AMESP, por meio de Pregão Eletrônico, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Anexo Termo de Referência/Especificações do objeto do Edital e seus anexos.

2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT. ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	VEÍCULO AUTOMOTOR ELÉTRICO, ZERO KM, TIPO HATCH, ANO/MODELO MÍNIMO 2025/2026, 05 LUGARES, PORTA-MALAS COM CAPACIDADE MÍNIMA APROXIMADA DE 100 LITROS AUTONOMIA MÍNIMA DE 300 KM, POTÊNCIA MÍNIMA DE 50 CV, BATERIA DE 30 kWh, GARANTIA MÍNIMA DE 03 ANOS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.	Unid.	400	R\$ 160.147,50	R\$ 64.059.000,00
TOTAL				R\$ 64.059.000,00	

3. DO LOCAL

3.1. O fornecimento do objeto ora licitado se dará dentro da área territorial de abrangência da ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP, conforme descrição de Municípios, compreendendo a zona urbana, a zona rural e os bairros mais distantes antes denominados distritos, através da emissão da Ordem de Fornecimento.

MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP
ALBERTINA
ALFENAS

ANDRADAS
BUENO BRANDÃO
CACHOEIRA DE MINAS
CAMANDUCAIA
CAMBUÍ
CAREAÇU
CONCEIÇÃO DOS OUROS
CONGONHAL
ESPÍRITO SANTO DO DOURADO
ESTIVA
EXTREMA
INCONFIDENTES
IPUIUNA
JACUTINGA
MONTE SIÃO
OURO FINO
PARAISÓPOLIS
POÇO FUNDO
POUSO ALEGRE
SANTA RITA DO SAPUCAÍ
SÃO BENTO ABADE
SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA
SENADOR JOSÉ BENTO
SILVIANÓPOLIS
TURVOLÂNDIA

4. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS

4.1.1. Os veículos ofertados deverão atender, no mínimo, às seguintes características técnicas, admitindo-se especificações superiores, desde que compatíveis com o objeto da contratação.

4.1.2. Características Gerais

O veículo deverá apresentar as seguintes características básicas:

Veículo 100% elétrico, movido exclusivamente por propulsão elétrica;

Veículo novo, zero quilômetro, sem uso anterior;

Ano/modelo 2025/2026 superior;

04 (quatro) portas;

Cor preferencialmente branca;

Direção elétrica (EPS) ou equivalente;

Transmissão automática, com no mínimo uma marcha à frente e uma marcha à ré;

Sistema de chave presencial ou partida inteligente (PEPS) ou tecnologia equivalente.

4.1.3 Motorização e Desempenho

O veículo deverá possuir, no mínimo:

Potência mínima de 50 CV;

Sistema de frenagem regenerativa, que permita a recuperação de energia durante a desaceleração;

4.1.4 Sistema de Freios

O veículo deverá possuir sistema de freios com assistência eletrônica contendo, no mínimo:

Sistema ABS (Anti-lock Braking System) ou equivalente, destinado a evitar o travamento das rodas durante frenagens.

4.1.5 Bateria e Autonomia

O veículo deverá possuir sistema de armazenamento de energia com as seguintes características mínimas:

Capacidade mínima da bateria: 30 kWh;

Autonomia mínima de 300 km, conforme metodologia de medição adotada pelo fabricante ou padrão reconhecido internacionalmente;

Sistema eletrônico de gerenciamento da bateria (BMS);

Sistema de pré-condicionamento ou pré-aquecimento da bateria para carregamento, quando aplicável;

Modo Creep configurável, permitindo movimento lento do veículo ao liberar o pedal de freio.

4.1.6 Sistema de Recarga

O veículo deverá possuir sistema de recarga compatível com as seguintes características:

Porta de carregamento padrão Tipo 2 (padrão europeu) ou compatível;

Carregador portátil fornecido pelo fabricante, compatível com tomada convencional;

Compatibilidade com rede elétrica 220V.

Não será exigida a instalação de wallbox, considerando que o carregador portátil fornecido com o veículo atende à necessidade de recarga básica.

4.1.7 Rodas e Pneus

O veículo deverá possuir:

Rodas de liga leve ou material equivalente de alta resistência;

Aro mínimo de 14 (quatorze) polegadas;

Pneus compatíveis com o modelo do veículo, conforme especificação do fabricante;

Estepe ou solução de emergência equivalente, conforme padrão do fabricante.

4.1.8 Segurança

O veículo deverá possuir, no mínimo, os seguintes itens de segurança: 02 (dois) airbags frontais, para motorista e passageiro;

Cintos de segurança para todos os ocupantes, conforme normas de segurança vigentes;

Sistema eletrônico de monitoramento de falhas do veículo;

Sensores de estacionamento traseiros;

Câmera de ré.

4.1.9 Conforto e Conveniência

O veículo deverá possuir, no mínimo:

Ar-condicionado com função quente e frio;

Vidros elétricos dianteiros e traseiros;

Retrovisores externos com ajuste elétrico;

Volante multifuncional;

Sistema multimídia com tela mínima de 7 (sete) polegadas.

4.1.10 Sistema de Iluminação

O veículo deverá possuir, no mínimo:

Faróis dianteiros;

Luzes de circulação diurna (DRL);

Lanternas traseiras.

4.10.11 Porta-malas

O veículo deverá possuir porta-malas com capacidade mínima aproximada de 100 litros, admitindo-se pequenas variações conforme projeto do fabricante.

5. DOS PRAZOS.

5.1. O prazo para o fornecimento dos itens será de **até 60 (sessenta) dias**, contados a partir da data do recebimento da Ordem de Fornecimento, a ser emitida pelo Município consorciado, podendo ser prorrogado por igual período, mediante solicitação devidamente justificada pela contratada e aceita pela Administração, de modo a assegurar ampla competitividade e o adequado atendimento as necessidades administrativas.

5.2. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, na forma do artigo 84 da lei nº 14.133/2021, se for vantajoso para os municípios consorciados, permitida a negociação com a Detentora da Ata de Registro de Preços ou a extinção desta sem ônus para qualquer das partes.

5.3. O prazo de vigência do Contrato será de até 1 (um) ano a partir da sua assinatura.

6. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. Face ao disposto na Lei nº 14.133/2021, os quantitativos poderão sofrer acréscimos ou supressões do valor inicial.

6.2. O objeto deste Termo de Referência deve ser executado diretamente pela empresa contratada, não podendo ser subempreitado, cedido ou sublocado, exceto aquilo que não se inclua em sua especialização, o que dependerá de prévia anuência da prefeitura consorciada, sem prejuízo da responsabilidade da empresa contratada pelo ônus e perfeição técnica dele.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA.

- 7.1.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.
- 7.2.** Indicar preposto, aceito pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE, para representá-lo na execução do contrato.
- 7.3.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.
- 7.4.** Ressarcir os danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.
- 7.5.** Pagar todas as obrigações fiscais, previdenciárias, comerciais e trabalhistas decorrentes das atividades envolvidas no escopo dos bens contratados; não poderá ceder ou transferir a terceiros, os direitos e obrigações decorrentes deste contrato, sem a prévia e expressa concordância do contratante.

8. DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES.

- 8.1.** Firmar os Contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços diretamente com a empresa detentora.
- 8.2.** Efetuar os pagamentos devidos, na forma e condições ora estipuladas.
- 8.3.** Prestar todos os esclarecimentos necessários para o fornecimento do objeto desta contratação.
- 8.4.** Zelar pela boa qualidade do objeto recebido, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações, quando for o caso.
- 8.5.** Indicar funcionário para fiscalizar a execução do Contrato.
- 8.6.** Comunicar à empresa contratada, por escrito, a respeito da supressão ou do acréscimo previsto neste contrato, encaminhando o respectivo termo aditivo para ser assinado.

9. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 9.1.** Atestado de capacidade técnica no mínimo 50% (cinquenta por cento) do quantitativo,

fornecido por pessoa jurídica, de direito público ou privado, que comprove a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação.

9.2. Poderá ser solicitada(s) cópia(s) de contrato(s), atestado(s), declaração(ões) ou outros documentos idôneos que comprove(m) as informações dos atestados apresentados, por meio de diligências.

9.3. Apresentação de catálogos técnicos que comprovem que o material a ser fornecido atende às especificações solicitadas na licitação;

10. DOS DOCUMENTOS RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA.

10.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021) ou de sociedade simples;

10.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

11. DOS DOCUMENTOS RELATIVOS HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

b) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

c) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

d) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

e) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como

sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

- f) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- g) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
- h) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

12. DOS DOCUMENTOS RELATIVOS A REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- g) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

- h) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- i) As certidões que não obtiverem prazos de validade serão consideradas válidas pelo período de 90 (noventa) dias, contados de sua emissão.

13. DA POSSIBILIDADE DE CARONA

13.1. Será facultado aos órgãos ou entidades não participantes a utilização desta ata de Registro de Preços.

13.2. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública que não participaram do procedimento licitatório, quando desejarem, poderão fazer uso da Ata de Registro de Preços, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização do ÓRGÃO.

13.3. O total das adesões não poderá exceder ao dobro do quantitativo do item registrado na ata de registro de preço do órgão gerenciador.

13.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente da adesão, desde que não prejudique as obrigações assumidas com o ÓRGÃO.

13.5. Compete ao órgão que aderiu à Ata de Registro de Preços a prática dos atos relativos à cobrança do cumprimento pelo prestador das obrigações contratualmente assumidas, observada a ampla defesa e o contraditório, das penalidades previstas no Edital, em relação às suas próprias contratações, informando a ocorrência ao ÓRGÃO.

13.6. Fica a cargo do representante do ÓRGÃO, manifestar sobre as possibilidades de carona à ata de registro de preços.

14. DA CONTRATAÇÃO

14.1. A presente contratação será realizada por meio de Pregão Eletrônico, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas. O procedimento adotará o Sistema de Registro de Preços, visando possibilitar a futura e eventual aquisição de veículos automotores 100% elétricos dos municípios consorciados da AMESP – Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí, proporcionando maior eficiência, economicidade e flexibilidade no atendimento das demandas administrativas.

15. DA COTAÇÃO DE PREÇOS

15.1. O orçamento estimado para a presente contratação será público, tendo sido elaborado com base em pesquisa de preços realizada em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021, mediante consulta a fornecedores do ramo, resultando na formação de cesta de preços representativa dos valores praticados no mercado.

16. DOS PRAZOS.

16.1. Os veículos deverão ser entregues conforme as condições estabelecidas no contrato ou instrumento equivalente firmado com cada município consorciado aderente à Ata de Registro de Preços.

16.2. Os veículos deverão ser entregues no prazo de **60 (sessenta)** dias, contados a partir do recebimento da ordem de fornecimento ou instrumento equivalente, podendo ser prorrogado por igual período, mediante solicitação devidamente justificada pela contratada e aceita pela Administração. Os veículos deverão ser entregues novos, zero quilômetro, devidamente revisados, em perfeitas condições de funcionamento e acompanhados de todos os manuais, documentação técnica e acessórios obrigatórios, conforme estabelecido na legislação de trânsito vigente e no Termo de Referência.

16.3. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, na forma do artigo 84 da lei nº 14.133/2021, se for vantajoso para os municípios consorciados, permitida a negociação com a Detentora da Ata de Registro de Preços ou a extinção desta sem ônus para qualquer das partes.

16.4. O prazo de vigência do Contrato será de até 1 (um) ano a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da lei com renovação de quantitativo.

17. DA DETENTORIA DA ATA / CONTRATADA

17.1.1. Responsabilizar-se integralmente pelo fornecimento dos veículos, em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e no contrato ou instrumento equivalente, observando a legislação vigente.

17.1.2. Comunicar à Administração Contratante, no prazo máximo de 12 (doze) horas, por meio eletrônico ou outro meio oficial, e formalizar por escrito no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer ocorrência que possa impedir ou atrasar o cumprimento das

obrigações assumidas, ainda que temporariamente, por motivo de caso fortuito ou força maior.

17.1.3. Entregar os veículos novos, zero quilômetro, em perfeitas condições de funcionamento, devidamente revisados, acompanhados de todos os manuais, documentação técnica e acessórios obrigatórios, conforme previsto na legislação de trânsito e no Termo de Referência.

17.1.4. Responsabilizar-se integralmente pelas despesas relativas ao transporte, seguro, carga, descarga e entrega dos veículos, até o local indicado por cada município.

17.1.5. Responsabilizar-se pelo pagamento de todos os tributos, taxas, encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários e comerciais que incidam ou venham a incidir sobre a execução do objeto contratado.

17.1.6. Reparar, corrigir, remover, substituir ou refazer, às suas expensas, no todo ou em parte, os veículos que apresentarem vícios, defeitos ou inconformidades com as especificações estabelecidas no Termo de Referência.

17.1.7. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento por parte da Administração.

18. DOS VALORES E PAGAMENTOS.

18.1. DO VALOR.

18.1.1. O valor de referência para o fornecimento objeto deste Termo de Referência é de **R\$ 64.059.000,00 (sessenta e quatro milhões e cinquenta e nove mil reais)** que representa o total do fornecimento dos itens descritos da planilha de orçamento que integra o presente Termo.

18.2. DO PAGAMENTO.

18.2.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, contados da data de liberação da nota fiscal pelo setor de recebimento, desde que atendidas às condições previstas neste edital e no termo de referência, mediante ordem bancária na conta corrente indicada pela empresa contratada.

18.2.2. A Nota Fiscal ou fatura deverá ser encaminhada à cada ÓRGÃO PARTICIPANTE em 03 (três) vias, a qual deverá ser aprovada pelo servidor responsável pelo acompanhamento do contrato.

18.2.3. Na eventualidade da aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com o pagamento da parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

18.2.4. A despesa referente ao fornecimento dos itens será empenhada na dotação orçamentária dos ÓRGÃOS PARTICIPANTES.

18.2.5. No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pelo Órgão Participante encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

18.2.6. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

19. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO.

19.1. Menor Preço Unitário.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

20.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

20.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

20.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

20.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

20.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

20.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

20.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

20.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

20.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

20.1.4. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

20.1.5. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

20.1.6. Fraudar a licitação;

20.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

20.1.7.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

20.1.7.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

20.1.7.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

20.1.7.4. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

20.1.7.5. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013;

20.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

20.2.1. Advertência;

20.2.2. Multa;

20.2.3. Impedimento de licitar e contratar;

20.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

20.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

20.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

20.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

20.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

20.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

20.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

20.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da

comunicação oficial.

20.4.1. Para as infrações previstas nos itens **14.1.1**, **14.1.2** e **14.1.3**, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

20.4.2. Para as infrações previstas nos itens **14.1.4**, **14.1.5**, **14.1.6**, **14.1.7** e **14.1.8**, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

20.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

20.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

20.7. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à Fornecedora o contraditório e a ampla defesa.

20.8. O fornecedor aceita receber citações e intimações referentes a processos administrativos no e-mail informado no sistema, devendo qualquer modificação no e-mail ser comunicada com antecedência, sob pena de se reputarem válidas as intimações enviadas, iniciando-se a contagem do prazo depois de cinco dias corridos do encaminhamento do e-mail.

21. DA JUSTIFICATIVA

21.1. A presente contratação tem por finalidade viabilizar o registro de preços para futura e eventual aquisição de veículos automotores 100% elétricos, novos, zero quilômetro, destinados à renovação, ampliação e padronização da frota oficial dos municípios consorciados da AMESP – Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí

A iniciativa encontra-se alinhada às diretrizes de modernização da gestão pública e à necessidade de aprimorar a eficiência administrativa no atendimento das demandas institucionais dos entes consorciados. A substituição gradual de veículos movidos a combustíveis fósseis por veículos elétricos contribui para a redução de custos operacionais, especialmente com abastecimento e manutenção mecânica, além de promover maior eficiência energética no uso dos recursos públicos.

Adicionalmente, a adoção de veículos elétricos está em consonância com políticas públicas voltadas à sustentabilidade ambiental e à mobilidade sustentável, uma vez que essa tecnologia possibilita a redução da emissão de gases poluentes e da poluição sonora, contribuindo para a melhoria da qualidade ambiental nos municípios consorciados.

A contratação por meio do Sistema de Registro de Preços mostra-se adequada diante da possibilidade de aquisição futura e parcelada, conforme suas necessidades específicas, evitando contratações isoladas e proporcionando maior flexibilidade na gestão da frota pública.

Dessa forma, a realização do procedimento licitatório para o registro de preços visando à aquisição de veículos elétricos apresenta-se como medida necessária e vantajosa, contribuindo para a modernização da frota pública, a eficiência administrativa e a adequada aplicação dos recursos públicos.

21.2. QUANTO ÀS EMPRESAS REUNIDAS EM CONSÓRCIO

Quanto à vedação à participação de empresas em consórcio, o Tribunal de Contas de Minas Gerais, por meio do Conselheiro Hamilton Coelho nos autos do Processo nº 912078, apresentou manifestação no seguinte sentido:

*O emprego, pelo legislador, da locução “quando permitida” evidencia que se trata de permissão excepcional e específica, a depender do juízo de oportunidade e conveniência da Administração. É dizer: se a participação de consórcios é excepcional, algum sentido faria em exigir justificativas para sua permissão, mas jamais quanto à sua restrição. Não bastasse a inequívoca letra da lei, decorre do próprio senso comum que a **formação de consórcios de empresas só tem sentido para a possível execução de objetos extraordinários, vultosos, altamente complexos ou inauditos***

No mesmo sentido, o TCU entendeu que:

A Administração a prerrogativa de admitir a participação de consórcios. Está, portanto, no âmbito de discricionariedade da Administração. Isto porque, ao nosso ver, a formação de consórcios tanto pode se prestar a fomentar a concorrência (consórcio de empresas menores que, de outra forma, não participariam do certame), quanto a cerceá-la (associação de empresas que, caso contrário, concorreriam entre si) [...] (Acórdão 1.946/2006, Plenário, rel Marcos Bemquerer Costa).

Com efeito, a ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital. Nestes casos, a Administração, com vistas a aumentar o número de participantes, admite a formação de consórcio, o que não é o caso em questão, na medida em que várias empresas isoladamente apresentam condições de participar do presente certame. Tal medida visa afastar a restrição à competição, pois a reunião de empresas que, individualmente, poderiam fornecer os itens, reduziria o número de licitantes.

Pouso Alegre/MG, aos 25 de maio de 2026.

Moacir Franco
Diretor Executivo AMESP

